

## Formulário de Resposta aos recursos – NOÇÕES DE DIREITO

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 10 TIPO 2: 11 TIPO 3: 17	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A situação descrita no enunciado refere-se à atuação da Administração Pública voltada à restrição e condicionamento do exercício de direitos individuais em benefício da coletividade, com base na lei e orientada pelo princípio da supremacia do interesse público. O texto menciona expressamente a imposição de condições, autorizações, vistorias e sanções, bem como a possibilidade de limitar temporariamente atividades privadas diante de risco relevante à saúde pública.</p> <p>Esse conjunto de características corresponde, de forma precisa, ao poder de polícia, entendido, na doutrina e na legislação administrativa, como a prerrogativa estatal de condicionar ou restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, visando à proteção do interesse público, da segurança, da ordem, da saúde e da higiene coletiva. Trata-se de um poder jurídico e coercitivo, exercido nos limites da lei, com finalidade preventiva ou repressiva, exatamente como descrito no contexto da fiscalização sanitária municipal.</p> <p>As demais funções administrativas não se ajustam ao caso apresentado. O poder hierárquico limita-se à organização interna da Administração; o poder disciplinar incide apenas sobre vínculos funcionais e contratos administrativos; o poder regulamentar refere-se à edição de atos normativos para fiel execução da lei, sem, por si só, impor vistorias ou sanções</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>concretas; e o poder de autotutela diz respeito à revisão de atos administrativos pela própria Administração.</p> <p>Assim, a função administrativa que possibilita a atuação descrita é “Poder de polícia”, por reunir todos os elementos mencionados no enunciado e atender plenamente às exigências jurídicas e operacionais da situação apresentada.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 11 TIPO 2: 15 TIPO 3: 12	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A proposição I está correta ao definir o objeto central do Direito do Trabalho como a disciplina da relação de emprego, com a fixação de direitos, deveres, garantias e limites para trabalhadores e empregadores. Tal compreensão está em consonância com a Constituição Federal, especialmente com os princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, que orientam a promoção do trabalho digno e a tutela do empregado diante da subordinação econômica.</p> <p>A proposição II também está correta ao caracterizar o Direito do Trabalho como simultaneamente normativo e protetivo. É normativo porque estabelece regras de natureza cogente sobre jornada, remuneração, descanso, FGTS, férias, saúde, segurança e condições ambientais de trabalho. É protetivo porque se orienta pelo princípio da proteção ao trabalhador, reconhecendo sua condição de hipossuficiência e buscando reequilibrar a relação jurídica laboral, conforme consolidado na doutrina e na jurisprudência trabalhistas.</p> <p>A proposição III igualmente está correta ao reconhecer o Direito do Trabalho como instrumento fundamental de justiça social, capaz de assegurar previsibilidade às relações produtivas e de</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>fomentar condições adequadas ao desenvolvimento humano, econômico e institucional. Essa função transcende a regulação contratual estrita, inserindo-se no papel social do direito laboral como mecanismo de organização do mercado de trabalho e de promoção da paz social.</p> <p>Dessa forma, as três proposições estão corretas, razão pela qual a alternativa adequada é “I, II e III”.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 15 TIPO 2: 14 TIPO 3: 18	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O enunciado descreve um ato administrativo que, para a sua plena formação, depende da manifestação sucessiva de dois órgãos distintos, sendo uma de natureza técnica e outra de aprovação formal, sem que qualquer delas, isoladamente, produza efeitos jurídicos definitivos. Tal característica enquadra o ato como ato composto, na medida em que há um ato principal que somente se aperfeiçoa após a ratificação por outra autoridade, permanecendo juridicamente incompleto até essa aprovação.</p> <p>Além disso, o ato possui destinatário determinado e instaura uma situação jurídica nova e individualizada, o que afasta a natureza geral ou normativa e o classifica como ato individual, voltado a um sujeito específico, com efeitos concretos.</p> <p>Quanto aos efeitos jurídicos produzidos, o ato não se limita a reconhecer situação preexistente, mas cria, modifica ou constitui uma relação jurídica, o que o caracteriza como ato constitutivo, e não meramente declaratório ou extintivo.</p> <p>As demais alternativas não se ajustam ao caso descrito: não se</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>trata de ato geral ou normativo, tampouco ordinatório ou sancionatório, e a exigência de manifestação sucessiva afasta a classificação como ato simples. Também não se verifica ato complexo, pois neste as manifestações são simultâneas e convergentes, o que não ocorre na hipótese apresentada.</p> <p>Dessa forma, a classificação correta quanto à natureza do ato, em seus diferentes aspectos, é “Ato individual, constitutivo e composto”.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 16 TIPO 2: 12 TIPO 3: 14	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A Lei Estadual nº 23.750/20 disciplina a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, restringindo essa forma de vínculo a hipóteses objetivas, extraordinárias e devidamente justificadas, que não se confundem com situações ordinárias de gestão de pessoal.</p> <p>As hipóteses relacionadas à assistência em situações de calamidade pública, emergências em saúde pública, emergências ambientais e à realização de recenseamentos enquadram-se claramente no conceito legal de excepcional interesse público. Trata-se de situações temporárias, imprevisíveis ou periódicas, que demandam reforço emergencial da força de trabalho e encontram amparo expresso na legislação, justamente por extrapolarem a normalidade administrativa.</p> <p>Diversamente, a hipótese de suprir necessidade de substituição de servidores efetivos sem vacância do cargo, quando o serviço pode ser exercido regularmente pela força de trabalho</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>remanescente, não atende ao requisito de excepcionalidade exigido pela lei. Nesse caso, não há situação emergencial, extraordinária ou temporária que justifique a contratação excepcional, mas sim uma circunstância ordinária de organização administrativa, que deve ser solucionada por meio da gestão interna de pessoal, e não pela contratação temporária.</p> <p>Assim, a alternativa que não se enquadra nas hipóteses legais de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público é “para suprir necessidade de substituição de servidores efetivos nas hipóteses em que não ocorra a vacância do cargo por eles ocupado, ainda que o serviço por eles executado possa ser exercido regularmente com a força de trabalho remanescente.”</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 17 TIPO 2: 18 TIPO 3: 13	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>A situação descrita no enunciado corresponde, de forma precisa, ao instituto da reintegração, nos termos da Lei nº 869/1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais). A reintegração ocorre quando é reconhecida a nulidade da demissão, seja por decisão administrativa ou, como no caso apresentado, por sentença judicial transitada em julgado, assegurando ao servidor o retorno ao cargo anteriormente ocupado.</p> <p>Esse instituto tem como efeito não apenas o restabelecimento do vínculo funcional, mas também a recomposição plena da situação jurídica do servidor, com o ressarcimento de todas as vantagens a que faria jus durante o período de afastamento, inclusive vencimentos, progressões e demais direitos legais, preservando-se a continuidade do vínculo estatutário.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>As demais alternativas não se aplicam ao caso. A recondução refere-se ao retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em razão de inabilitação em estágio probatório ou reintegração de outro servidor. A reversão diz respeito ao retorno do aposentado à atividade. O aproveitamento ocorre quando o servidor em disponibilidade é alocado em cargo compatível. A readaptação, por sua vez, envolve a investidura em cargo compatível em razão de limitação física ou mental.</p> <p>Dessa forma, a medida administrativa adequada, segundo a Lei nº 869/1952, é “reintegração”.</p> <p>Vale destacar que a questão está em consonância com o edital, uma vez que encontra fundamento direto no conteúdo programático previsto no Anexo II, na disciplina Noções de Direito, que inclui expressamente o estudo da Lei Estadual nº 869/1952 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais. O enunciado exige o conhecimento de instituto jurídico típico do regime estatutário, qual seja, a reintegração, aplicável nas hipóteses de anulação de penalidade de demissão por decisão judicial transitada em julgado, com o consequente retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado e o reconhecimento de todas as vantagens legais do período de afastamento, matéria claramente abrangida pelo referido diploma legal constante do edital.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
TIPO 1: 18 TIPO 2: 16 TIPO 3: 10	<p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:  O Decreto nº 48.419/2022, que institui a Política Mineira de</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Promoção da Integridade no âmbito da Administração Pública estadual, define de forma expressa os elementos estruturantes dos programas de integridade, com foco na prevenção, detecção e mitigação de riscos, bem como na promoção de uma cultura organizacional ética e transparente.</p> <p>Entre esses elementos essenciais, destaca-se o plano de comunicação e de capacitação, destinado aos agentes públicos e, quando pertinente, aos parceiros institucionais. Tal instrumento é fundamental para assegurar que as diretrizes do programa de integridade sejam efetivamente compreendidas, internalizadas e aplicadas no cotidiano administrativo, permitindo a difusão dos valores éticos, das normas de conduta, dos canais de denúncia e dos mecanismos de prevenção à corrupção. A capacitação contínua e a comunicação institucional estruturada são, portanto, pilares indispensáveis para a efetividade do programa.</p> <p>As demais alternativas não correspondem a exigências normativas do Decreto. Não há previsão de manual de auditoria externa elaborado exclusivamente por entidade privada; tampouco se exige relatório de incentivos fiscais voltado ao setor privado. Da mesma forma, não se impõe a criação de comitê de controle social composto apenas por membros externos, nem a vinculação do programa de integridade a planos individuais de metas associados à avaliação de desempenho dos agentes públicos.</p> <p>Assim, o item que constitui elemento essencial da estrutura dos programas de integridade, conforme o Decreto nº 48.419/2022, é “Plano de comunicação e de capacitação dos agentes públicos e parceiros institucionais.”</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p>		
--	---	--	--